



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

PPA **Plano Plurianual 2024-2027**

Sínteses Setoriais

Agricultura e Pecuária

Introdução

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento previstos nas Constituições Federal e Estadual, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). É o instrumento legal que define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração estadual direta e indireta para um período de quatro anos. Esse período se inicia no segundo ano de mandato e se encerra no primeiro ano do mandato seguinte, sendo sua execução anual definida conforme orientações editadas pela LDO e recursos previstos pela LOA.

Historicamente, com o objetivo de subsidiar a elaboração das políticas públicas que constam no PPA, inúmeros estudos foram desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul (SPGG-RS): os textos de referência do *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial*, de 2014; o *Futuro RS: Agenda de Desenvolvimento*, elaborado entre 2016 e 2018; e as *Sínteses Territoriais*, desenvolvidas em 2019. A importância desses estudos reside na análise de longo prazo realizada, fundamental para subsidiar o planejamento de médio prazo presente no PPA.

As *Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027* dão prosseguimento a esses estudos. Elas têm como objetivo principal realizar uma análise sobre a realidade dos setores que subsidie a elaboração do PPA 2024-2027 das Secretarias e órgãos vinculados. Como objetivos específicos, apontam-se:

- avaliar as ações programáticas e os indicadores de resultado do PPA 2020-2023;
- propor macroproblemas¹ a serem enfrentados pelas ações programáticas que serão criadas para o PPA 2024-2027;
- analisar como os macroproblemas têm evoluído temporalmente e como eles se distribuem no território do Rio Grande do Sul.

Metodologia

A elaboração do documento *Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027* abrangeu três macroetapas. Segue uma breve descrição dos procedimentos realizados em cada uma delas.

1.1 Reflexão sobre a elaboração do documento

Esta macroetapa consistiu em uma oficina, realizada no dia 11 de agosto de 2022, a qual abrangeu os servidores do Departamento de Planejamento Governamental da SPGG-RS (Deplan-SPGG) para discutir os objetivos e os principais parâmetros do documento. Essa oficina foi constituída por três atividades: (i) definição dos objetivos do documento; (ii) definição de quais informações deveriam constar no material e quais insumos seriam utilizados para a análise; e (iii) identificação de quais seriam as principais restrições e os atores envolvidos no trabalho.

¹ Para o marco metodológico do PPA 2024-2027, o qual está em elaboração, o conceito de macroproblema substituiu o conceito de situação-problema utilizado no marco do PPA 2020-2023. No momento das oficinas, ainda não se havia chegado à necessidade de substituição desse conceito. Por isso, durante a realização das atividades, ainda havia sido utilizado o conceito de situação-problema. Para mais detalhes, ver seção 1.3.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

1.2 Ensaio para a elaboração do documento

Esta macroetapa também consistiu em uma oficina, realizada no dia 18 de agosto de 2022, a qual abrangeu os servidores do Deplan-SPGG, para discutir os setores através dos quais seria estruturado o documento e realizar um ensaio das atividades que seriam posteriormente desenvolvidas pela equipe de elaboração.

É importante afirmar que, após a primeira oficina, um pequeno grupo de servidores do Departamento foi encarregado de apresentar uma proposta sobre os setores que seriam abrangidos pelo estudo. Assim, baseando-se na Portaria Ministerial N° 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)², e consultando-se o Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO) do Rio Grande do Sul, a fim de identificar as secretarias e órgãos estaduais que fazem parte do PPA 2020-2023, consolidaram-se os seguintes setores e órgãos estaduais pertencentes a cada um deles (Quadro 1)³, os quais estruturariam o documento *Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027*.

Quadro 1 - Setores do documento *Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027* e secretarias/órgãos estaduais contemplados

SETORES	SECRETARIAS/ÓRGÃOS
1 Saúde	IPE SAÚDE - Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul SES - Secretaria da Saúde SSP - Secretaria de Segurança Pública
2 Segurança Pública	DETRAN - Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul GE - Governadoria do Estado SJCDDH - Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo SSP - Secretaria de Segurança Pública
3 Educação	FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS FETLSVC - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha SEDUC - Secretaria da Educação SSP - Secretaria de Segurança Pública
4 Cultura, Desporto e Lazer	FOSPA - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre FTSP - Fundação Teatro São Pedro SEDAC - Secretaria da Cultura SEL - Secretaria do Esporte e Lazer
5 Urbanismo e Habitação	METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano SOP - Secretaria de Obras e Habitação SPGG - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
6 Meio Ambiente e	AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul

² A portaria define os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, e operações especiais. O grupo baseou-se no conceito de função para a definição dos setores, conceituada como “o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público” (BRASIL, 1999).

³ Não foram contemplados os seguintes órgãos no documento, visto que suas ações são majoritariamente direcionadas ao próprio Estado, não sendo, portanto, finalísticas: Chefe de Gabinete do Governador; Procuradoria-Geral do Estado; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Comunicação; Secretaria Extraordinária de Apoio à Gestão Administrativa e Política; Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais; Secretaria Extraordinária de Parcerias; Badesul Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS; Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs); Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás); Companhia Riograndense de Mineração (CRM); Conselho Estadual de Educação; Escritório de Desenvolvimento de Projetos; e IPE-Previdência.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

	Saneamento	CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura SOP -Secretaria de Obras e Habitação SSP - Secretaria de Segurança Pública
7	Ciência e Tecnologia	SICT - Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
8	Agricultura e Pecuária	CEASA - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul IRGA - Instituto Rio Grandense do Arroz SEAPDR - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural SOP - Secretaria de Obras e Habitação
9	Indústria, Comércio e Serviços	JUCISRS - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul SEDEC - Secretaria de Desenvolvimento Econômico SETUR - Secretaria de Turismo STER - Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda
10	Transportes	DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem EGR - Empresa Gaúcha de Rodovias METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano SELT - Secretaria de Logística e Transportes
11	Assistência Social e Cidadania	FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul FPERGS - Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul SICDHAS - Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social STER - Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda

Os setores supracitados foram apresentados pelo pequeno grupo na oficina e, posteriormente, o grupo maior de servidores do Deplan relacionou as 69 ações programáticas do PPA 2020-2023⁴ aos setores correspondentes. Por fim, na oficina, como piloto para a elaboração do documento, os servidores do Deplan foram divididos em 11 grupos, um para cada setor, e cada grupo selecionou uma ação programática do seu setor para indicar qual situação-problema⁵ estaria a ela vinculada. Na oficina, também foram avaliados os indicadores de resultado⁶ de cada ação programática analisada quanto à evolução e à adequação à situação-problema.

1.3 Elaboração do documento

A última macroetapa, de elaboração do documento, foi dividida em sub-etapas. Na primeira, de análise das ações programáticas, ocorrida entre os dias 30 de agosto e 21 de setembro de 2022, os grupos identificaram as situações-problema de cada uma das ações programáticas

⁴ Segundo o Marco Metodológico do PPA 2020-2023, a ação programática consiste “em um conjunto viável de Iniciativas, com o qual se pretende atacar, eficazmente, as causas críticas de uma situação-problema e, assim, provocar-lhes mudanças no sentido esperado, no médio e longo prazo” (RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 32).

⁵ O marco metodológico do PPA 2020-2023 define situação-problema como “uma situação negativa e/ou indesejável, identificada socialmente e reconhecida e declarada pelo Governo como objeto de tratamento ou intervenção. É indesejável por representar uma ameaça ou um perigo potencial de perda de algo conquistado ou um obstáculo decorrente de demanda não satisfeita ou deficiente, produzindo consequências negativas sobre uma população. Alternativamente, consiste em uma oportunidade que se quer aproveitar para avançar no estágio de desenvolvimento de uma população. Ex.: fome, miséria, alagamentos, engarrafamentos, mudança tecnológica.” (RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 20).

⁶ No que se refere ao indicador de resultado, o marco metodológico do PPA 2020-2023 define como “medidas que permitem retratar e acompanhar a evolução quantitativa da situação-problema. Devem ser sensíveis à intervenção governamental e oportunamente apurável” (RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 38).

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

definidas para o PPA 2020-2023 para os órgãos do Quadro 1. A partir de estudos sobre os setores, também foram propostas novas situações-problema, as quais não haviam sido abarcadas pelo PPA 2020-2023. Ainda na mesma etapa, os grupos realizaram uma análise dos indicadores de resultado das situações-problema abarcadas pelo PPA 2020-2023 quanto à sua evolução (melhorou, piorou, não houve evolução ou não foi informado pelo órgão).

Por sua vez, na outra sub-etapa⁷, ocorrida entre os dias 22 de setembro e 05 de outubro de 2022, foi realizada pelos grupos uma análise das *propriedades essenciais* dos indicadores de resultado do PPA 2020-2023, quais sejam:

- **Validade:** capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar. *O indicador realmente mede o que se pretende alcançar?*
- **Confiabilidade:** ter origem em fontes confiáveis com metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação, de forma que diferentes avaliadores possam chegar aos mesmos resultados. *Os dados utilizados são confiáveis?*
- **Simplicidade:** fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento pelo público em geral. *É fácil obter o indicador e o público em geral entende o que ele quer traduzir?*

A partir da análise anterior, quando o indicador de resultado do PPA não satisfizesse as propriedades supracitadas, deveriam ser propostos novos indicadores. O mesmo ocorreria para as novas situações-problema, para as quais deveriam ser criados novos indicadores.

Esses indicadores – os de resultado do PPA 2020-2023 que satisfizeram as propriedades essenciais e os novos indicadores propostos – foram representados através de gráficos e mapas, demonstrando a evolução temporal do macroproblema⁸ e sua distribuição no território do Rio Grande do Sul. Neste documento final, ambos os indicadores foram denominados “*indicadores de diagnóstico*”⁹.

Por fim, em anexo, foram elencados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁰ relacionados a cada macroproblema, de forma que as metas de cada ODS possam ser utilizadas como subsídio ao aprofundamento da análise dos macroproblemas.

A análise do material produzido se encontra no subcapítulo a seguir, com os resultados do estudo *Sínteses Setoriais para o PPA 2024-2027* para o setor da Agricultura e da Pecuária.

⁷ Antes da realização desta sub-etapa, foi realizada uma capacitação de indicadores aos servidores, a qual foi conduzida pelos membros da Divisão de Avaliação de Políticas Públicas do Deplan-SPGG.

⁸ Como forma de adequar o estudo à nova metodologia do PPA 2024-2027, foi utilizado o termo macroproblema, que consiste na condição negativa e/ou indesejável, identificada socialmente e reconhecida e declarada pelo Governo como objeto de tratamento ou intervenção. O macroproblema é um problema situado em um nível mais elevado e de maior complexidade e em torno do qual interagem problemas secundários que operam como suas causas ou se manifestam como suas consequências.

⁹ O indicador de diagnóstico consiste em um instrumento de medida que busca representar o macroproblema no momento da sua identificação.

¹⁰ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fazem parte da Agenda 2030, que reúne, dentre outros elementos objetivos e metas de desenvolvimento para serem atingidos até 2030, definidos em comum acordo pelos 192 países da ONU em 2015.

Agricultura e Pecuária

Resumo

O setor de Agricultura e Pecuária ocupa importância central na estrutura socioeconômica do Rio Grande do Sul. Desse modo, o enfrentamento dos problemas do campo gaúcho é essencial para o desenvolvimento do Estado. Pode-se destacar, neste sentido, alguns macroproblemas socialmente identificáveis: (i) baixa produtividade, o que pode comprometer a competitividade e, conseqüentemente, a rentabilidade da agropecuária gaúcha; (ii) precariedade da infraestrutura, em especial no que tange à irrigação e à capacidade de armazenagem de grãos; (iii) controle de sanidade, que é importante para impedir a perda de mercados e a insegurança alimentar; e (iv) vulnerabilidade social e baixo acesso a oportunidades econômicas, com ênfase para a geração de empregos e nível de renda. Neste documento, abordam-se os quatro macroproblemas destacados e suas evoluções recentes.

Macroproblema

1. *Baixa produtividade no campo*

1.1 *Indicadores de diagnóstico:*

Indicador de Diagnóstico	Unidade de Medida	Periodicidade	Escala de Regionalização	Fonte
Produtividade média da agricultura	R\$ mil/ha	anual	COREDE	IBGE – PAM
Participação do RS nas exportações de carnes do Brasil	%	anual	-	DEE-RS
Participação do RS nas exportações de soja do Brasil (grão, farelo e óleo)	%	anual	-	DEE-RS
Percentual de agroindústrias no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	%	anual	-	SEAPDR

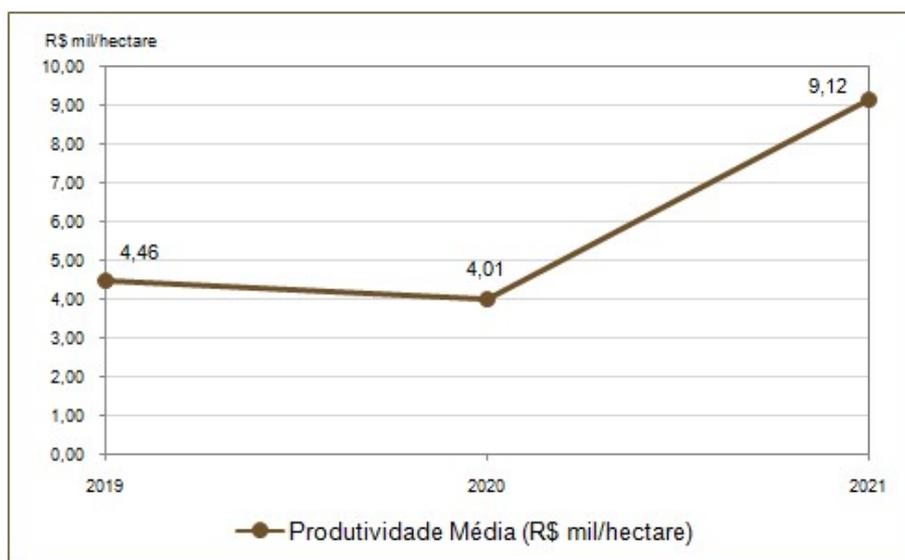
Taxa de crescimento de ações de assistência rural (ATERs) com difusão de tecnologia	%	anual	-	SEAPDR
---	---	-------	---	--------

1.2 Análise do macroproblema:

A produtividade do campo impacta o patamar de competitividade e, consequentemente, a rentabilidade dos negócios rurais. Nesse sentido, cabe analisar a evolução recente da produtividade agrícola no Rio Grande do Sul e, a partir desse esforço, compreender a necessidade de políticas de capacitação, apoio técnico e logístico, fomento e inovação tecnológica.

A *produtividade média da agricultura* é representada pelo valor total da produção (em R\$ mil) dividido pela área colhida (em hectare). Conforme demonstra o Gráfico 1, o ano de 2021 assistiu a um forte crescimento, o que indica que a produção agrícola no Estado foi mais qualificada em relação aos anos imediatamente anteriores. Este ganho de produtividade pode ter ocorrido por diversos fatores: inovações, políticas de assistência técnica e apoio logístico para cooperativas e agroindústrias familiares, diversificação do *mix* produtivo em favor de bens mais rentáveis, fatores climáticos, disponibilidade de crédito, etc.

Gráfico 1 – Produtividade média da agricultura no RS — 2019-21

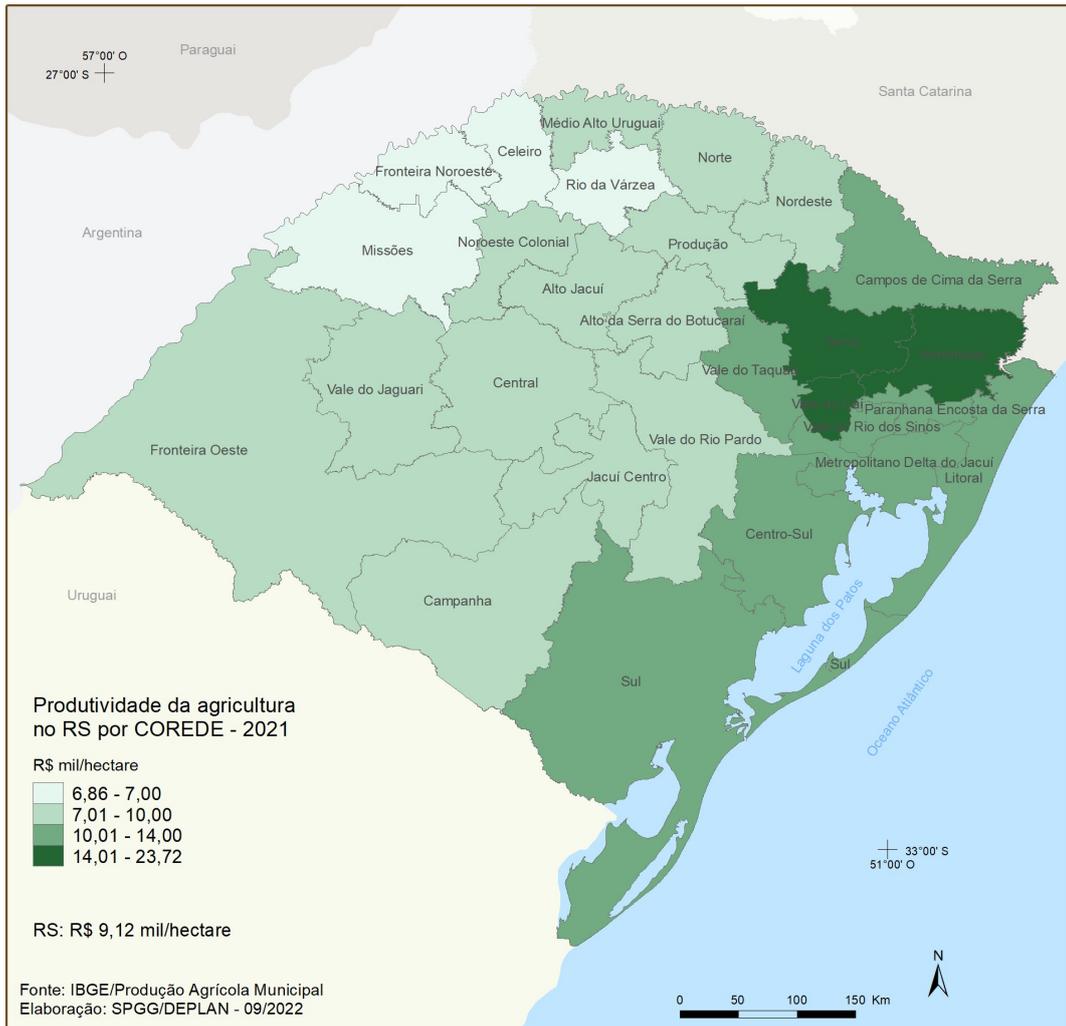


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM).

O mesmo indicador pode ser observado de uma ótica regionalizada. Em nível de COREDE, pode-se notar, no Mapa 1, que as regiões da Serra, das Hortênsias e do Vale do Caí são as mais produtivas. Nessas regiões, concentra-se grande parte da fruticultura no Estado. As regiões menos produtivas, por sua vez, são as Missões, a Fronteira Noroeste, o Celeiro e o Rio da Várzea. De maneira geral, também se pode concluir que a agricultura da metade leste do RS é relativamente mais produtiva.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Mapa 1 – Produtividade média da agricultura, por COREDE, no RS — 2021



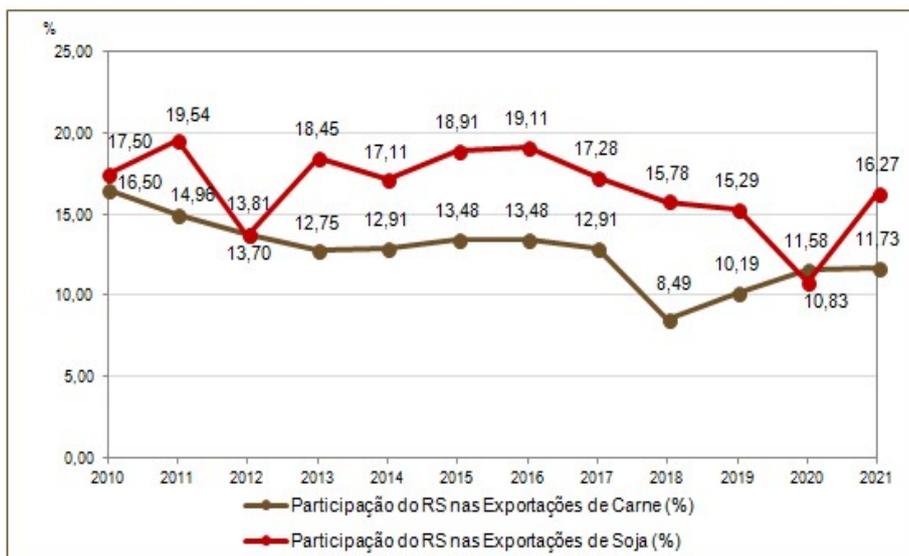
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM).

Outra forma de analisar a qualificação do processo produtivo na agropecuária gaúcha é medindo a participação das exportações do Rio Grande do Sul frente ao total exportado pelo Brasil. Esse indicador reflete a competitividade relativa da produção do Estado em comparação com as demais unidades federativas. Atualmente, as exportações do complexo da soja (grão, farelo e óleo) e de carnes concentram praticamente dois terços das exportações da agropecuária gaúcha, respondendo por 51% e 15% do total, respectivamente (SEAPDR, 2022).

Dada essa importância, pode-se observar a participação do Rio Grande do Sul nas exportações nacionais com base nesses dois produtos. No Gráfico 2, percebe-se que, após uma perda de participação do Estado nas exportações de soja em 2020, houve uma recuperação em 2021, embora insuficiente para a retomada do patamar de 19% mantido até 2016. Também se observa que o Rio Grande do Sul tem sustentado uma recuperação gradual da sua importância sobre o mercado exportador de carnes após uma queda paulatina entre os anos de 2010 e 2018, quando foi registrado o pior desempenho no indicador.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Gráfico 2 – Participação do RS nas exportações de soja e carne do Brasil —2010-21

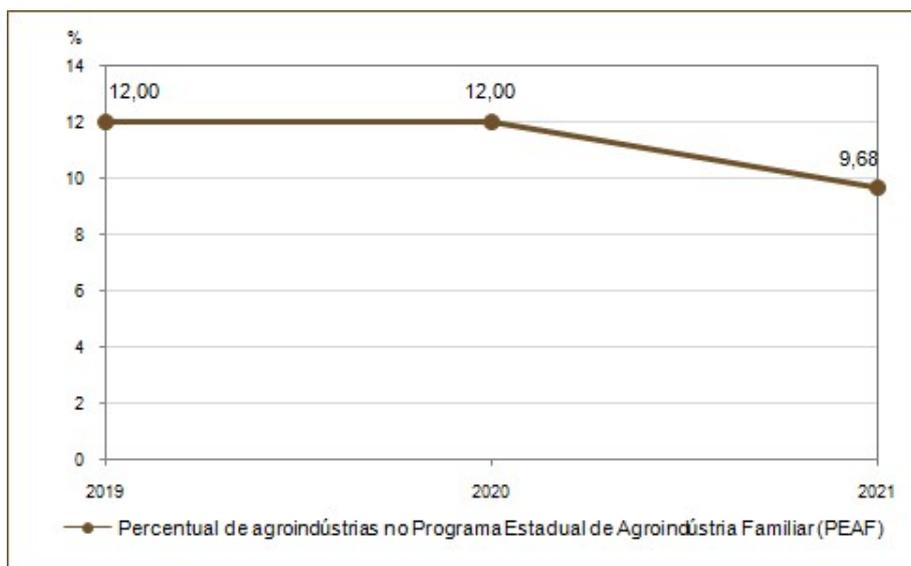


Fonte: DEE – Indicadores Econômicos do Agronegócio.

A análise dos indicadores acima permite concluir que houve um ganho de qualidade produtiva na agricultura gaúcha em 2021. Não obstante, vale notar que é difícil distinguir em que medida esta melhora se deveu à adoção de políticas públicas ou a outros fatores.

Diante disso, pode-se qualificar a análise observando-se o *percentual de agroindústrias no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)*, que oportuniza linhas de crédito com juros mais baixos, amplia o acesso aos mercados institucionais, oferece serviços de orientação e suporte técnico, entre outras medidas. Em 2021, 9,68% do total de agroindústrias foram cadastradas no programa, o que indica uma diminuição no ritmo de execução das políticas, com possíveis efeitos negativos sobre a produtividade da agropecuária gaúcha. Cabe ressaltar, contudo, que não há condições de se mensurarem esses impactos.

Gráfico 3 – Percentual de agroindústrias no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) — 2019-21



Fonte: SEAPDR.

Por fim, entende-se que o macroproblema em discussão poderia ser monitorado ainda por um quinto indicador, relativo à taxa anual de crescimento de ações de assistência técnica e extensão rural (ATERs), que envolva a difusão de tecnologias aos beneficiários. Hoje, este indicador não é divulgado, mas é razoável supor que o órgão responsável detenha as informações necessárias para a sua construção. Se realmente for o caso, sugere-se a adoção do indicador.

Macroproblema

2. Precariedade da infraestrutura no campo

2.1 Indicadores de diagnóstico:

Indicador de Diagnóstico	Unidade de Medida	Periodicidade	Escala de Regionalização	Fonte
Área Irrigável	hectare (ha)	quadrimestral	-	SOP
Famílias atendidas com serviços de infraestrutura rural (PADIR 50272 DINFRA/SEAPDR/RS)	unidade	quadrimestral	COREDE	SEAPDR - prestações de contas dos termos de cooperação
Percentual de comunidades atendidas com poços perfurados	%	anual	-	SEAPDR
Capacidade de armazenagem de grãos	toneladas (t)	anual	-	CONAB
Taxa de atendimento a solicitações de recuperação de vias de acesso à propriedade	%	quadrimestral	-	SEAPDR

2.2 Análise do macroproblema:

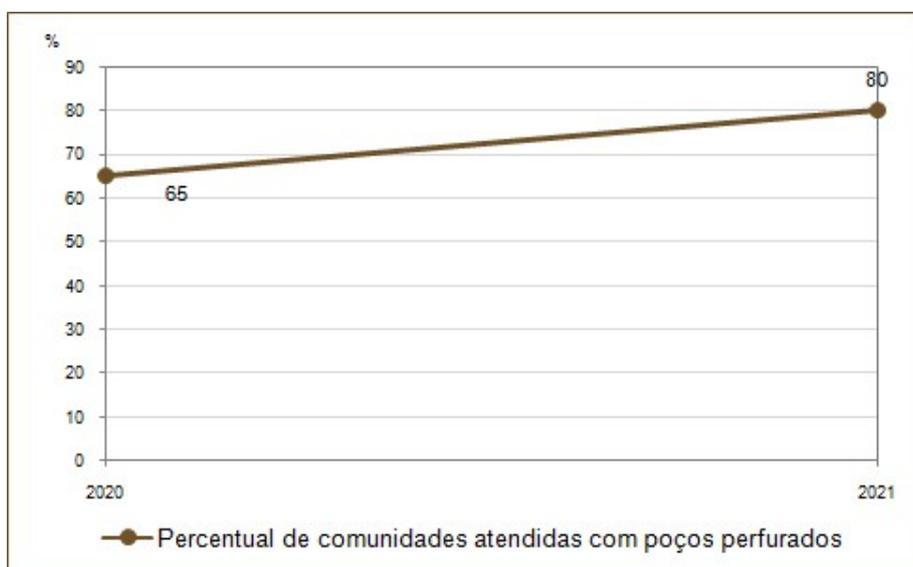
A infraestrutura – conjunto de serviços, recursos e equipamentos fundamentais para o desenvolvimento de uma região – é, no campo, influência direta na capacidade produtiva e na qualidade de vida das famílias que moram e dependem economicamente de sua produção. O campo, quando bem estruturado, é capaz de elevadas condições de produção, valorização da propriedade, gerando superior aproveitamento da área produtiva, melhor condição de trafegabilidade e escoamento da produção, assim como maior resistência frente a adversidades climáticas, como a estiagem. Do contrário, na falta de infraestrutura adequada, há dificuldade na atração de investimentos, baixa competitividade para os produtores e redução na geração de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

emprego e renda, o que, por vezes, pode culminar no êxodo rural, quando as famílias abandonam sua atividade na agricultura e migram para áreas suburbanas das cidades, alimentando um problema social crônico.

Um dos indicadores que permite o acompanhamento de mudança de realidade promovida pela infraestrutura no campo é o percentual de comunidades atendidas com poços perfurados. Esse indicador utiliza um índice percentual resultante da razão entre o número de poços perfurados pelo número de demandas geradas pelas comunidades. No Gráfico 4, observa-se o desenvolvimento do citado indicador, conforme dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR). Entre 2020 e 2021, ocorreu um crescimento do percentual medido pelo indicador de 15 p.p. Tal evolução evidencia uma melhora na infraestrutura rural, no que se refere a este tópico, e uma melhoria no processo de atendimento por parte da SEAPDR de tais demandas. Conforme os dados disponibilizados pela secretaria, pode-se inferir que o atendimento da demanda de poços perfurados caminha para o alcance do valor desejado (100%). No entanto, a ausência de uma série histórica mais consistente – que permita a observação da evolução deste indicador com mais qualidade – impossibilita asseverar tal previsão.

Gráfico 4 – Percentual de comunidades atendidas com poços perfurados no RS – 2020-21

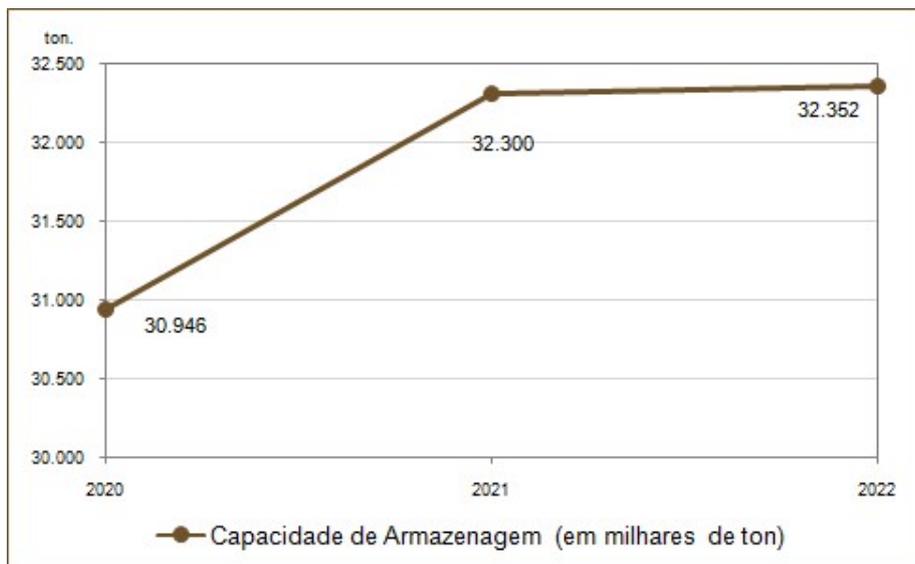


Fonte: SEAPDR.

Outro indicador importante para o acompanhamento da mudança de realidade do setor agropecuário é a *capacidade de armazenagem de grãos* no Rio Grande do Sul. Conforme os dados disponibilizados pelo Portal de Armazéns do Brasil da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) apresentados no Gráfico 5, observa-se o crescimento na capacidade de se armazenar grãos no Estado. Durante os três anos analisados, há um salto de quase um milhão e quatrocentas mil toneladas entre 2020 e 2021, fato que pode estar atrelado ao aumento dos preços dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional e a uma tendência de estabilização nos anos de 2021 e 2022, oportunidade em que houve crescimento de apenas 52 mil toneladas, o que pode ser consequência do encarecimento dos insumos para construção dos silos e armazéns ou das incertezas sobre o mercado internacional.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Gráfico 5 – Capacidade de armazenagem de grãos no RS,
em milhares de toneladas —2020-22

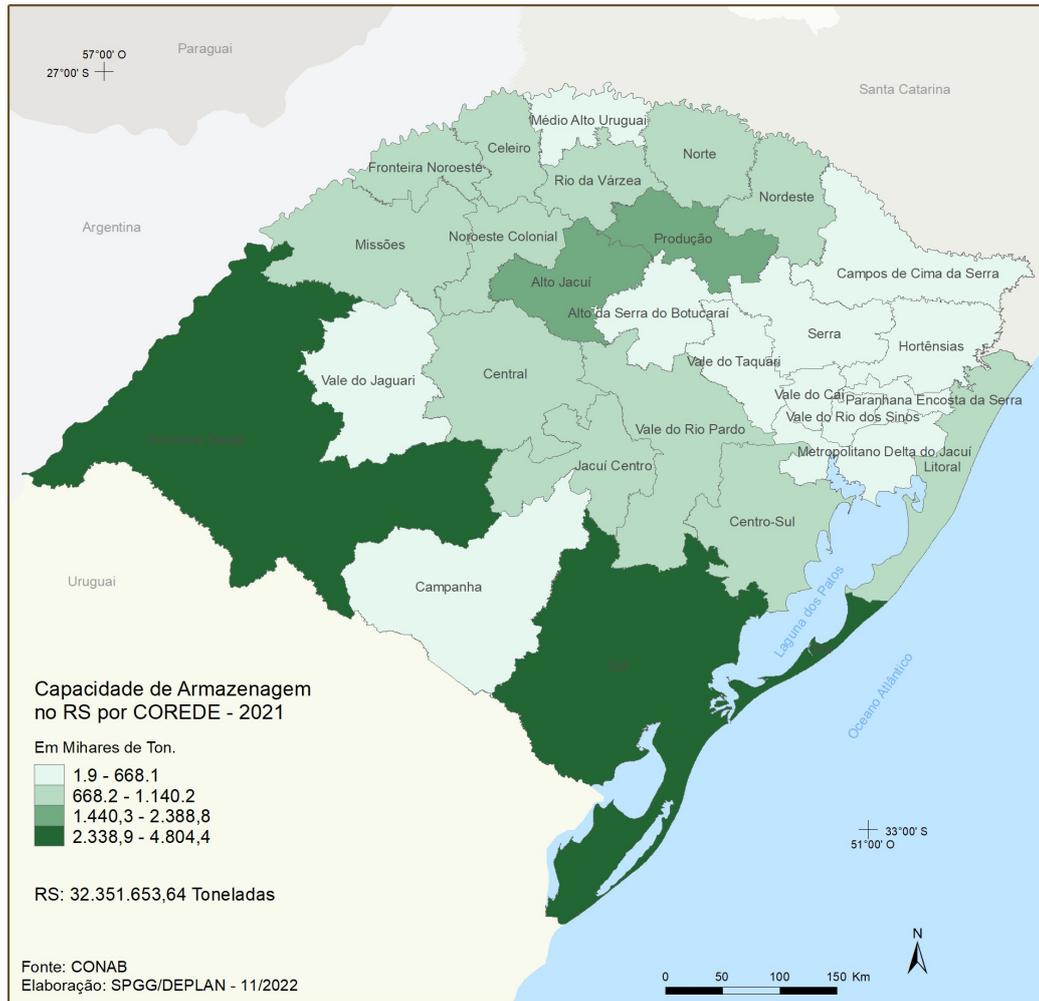


Fonte: CONAB.

Esse indicador também pode ser analisado por uma classificação regionalizada, agrupando a capacidade de armazenamento do Estado pelas 28 regiões dos COREDEs.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Mapa 2 – Capacidade de armazenagem de grãos, por COREDE, no RS — 2021



Fonte: CONAB – Portal de Informações Agropecuárias.

Observando-se no Mapa 2, o primeiro bloco de COREDEs que possui alta capacidade de armazenagem é formado pelos COREDEs Sul e Fronteira Oeste. O COREDE Sul é a região com maior capacidade de armazenagem, e tal fato se deve ao complexo de exportação do Porto de Rio Grande, que é a maior *hub* de recebimento e processamento de soja para exportação do Sul do Brasil. Além do Porto de Rio Grande, a forte atividade orizícola da região contribuiu para essa liderança. O COREDE Fronteira Oeste tem esse posto devido à produtividade das lavouras de arroz, soja e milho da região e aos armazéns localizados principalmente em Uruguaiana, Itaqui e São Borja.

Em um segundo bloco, os COREDEs Produção e Alto Jacuí aparecem com mais de 2.000.000 toneladas de armazenagem. Tal capacidade de armazenagem é motivada pela posição geográfica das duas regiões. Enquanto o COREDE Produção é um polo de produção de alto rendimento no setor de grãos e serve como um centro de concentração e distribuição da produção de cereais dos COREDEs vizinhos, o COREDE Alto Jacuí tem como centro a cidade de Cruz Alta, polo rododiferroviário, na qual convergem as produções do norte e noroeste do Estado, em direção ao Porto de Rio Grande.

O terceiro bloco, que compreende os COREDEs com capacidade de armazenagem de 668.000 até 1.140.200 de toneladas, é composto por 12 regionais, que têm estruturas menores por diversos motivos: reduzida capacidade de produção cerealista (Central); proximidade de regiões com grande capacidade de armazenagem (Jacuí-Centro), ou dificuldade de escoamento da produção (Fronteira Noroeste).

Em um quarto bloco estão os COREDEs com baixa capacidade de armazenagem, entre 1.900 e 668.100 toneladas. Os COREDEs desse bloco têm como característica comum a ausência de uma produção de grãos significativa, que torne economicamente viável o aumento da capacidade de armazenagem.

Além dos indicadores de diagnóstico expostos, ressalta-se a pertinência de outros três indicadores relativos ao setor de agricultura e pecuária. Em uma primeira categoria, existem dois indicadores já previstos no Plano Plurianual 2020-2023, que não tiveram seus dados reportados ao Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO) até o momento de escrita deste documento, impossibilitando o acompanhamento e mensuração de mudança de realidade quanto a suas respectivas temáticas. São os indicadores: (i) *área irrigável* e (ii) *famílias atendidas com serviços de infraestrutura rural*.

O último indicador a ser destacado surge como sugestão. É a (iii) *taxa de atendimento a solicitações de recuperação de vias de acesso à propriedade*, que, por ser inédito, não possui linha de base para análise. Esse indicador utiliza um índice percentual resultante da razão entre o número de quilômetros (km) recuperados pelo número de demandas geradas pelas comunidades. Sua existência é justificada pelo fato de que a manutenção das estradas de acesso é importante para o escoamento da produção e, por conseguinte, da melhoria da rentabilidade das produções agrícolas.

Macroproblema

3. Controle de sanidade agropecuária

3.1 Indicadores de diagnóstico:

Indicador de Diagnóstico	Unidade de Medida	Periodicidade	Escala de Regionalização	Fonte
Percentual de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal e de produtos vitivinícolas	%	anual	-	SEAPDR
Percentual de estabelecimentos com certificação auditados	%	anual	-	SEAPDR
Percentual de fiscalizações (de insumos, vegetais, animais) em que não há infração	%	anual	-	SEAPDR

3.2 Análise do macroproblema:

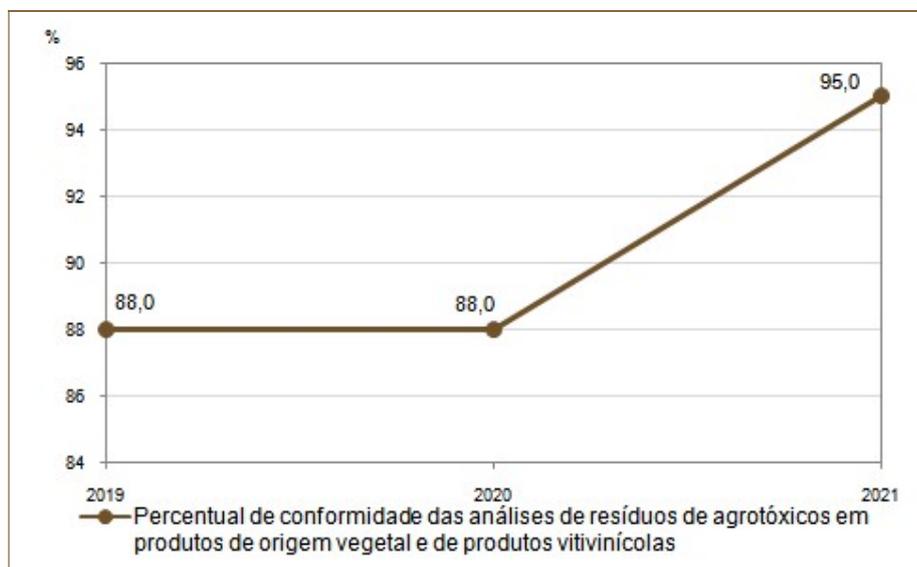
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O controle de sanidade agropecuária assegura a mitigação de riscos associados à disseminação de doenças animais ou ao uso inadequado de agrotóxicos que podem acarretar perda de mercados, insegurança alimentar e perda de biodiversidade. O impacto do setor da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul demanda que sejam realizadas ações de fiscalização de produtos, estabelecimentos, inspeção de insumos animais e vegetais e seus derivados, a fim de controlar e monitorar a atividade agrícola.

O *percentual de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal e de produtos vitivinícolas* é a razão entre o número de amostras conformes pelo número total de amostras. Conforme demonstra o Gráfico 6, para o ano de 2021, o percentual de amostras analisadas em conformidade foi de 95%, indicando um aumento no nível de segurança dos produtos. A continuidade do processo de monitoramento e fiscalização é verificada com o aumento do percentual com relação aos anos anteriores.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

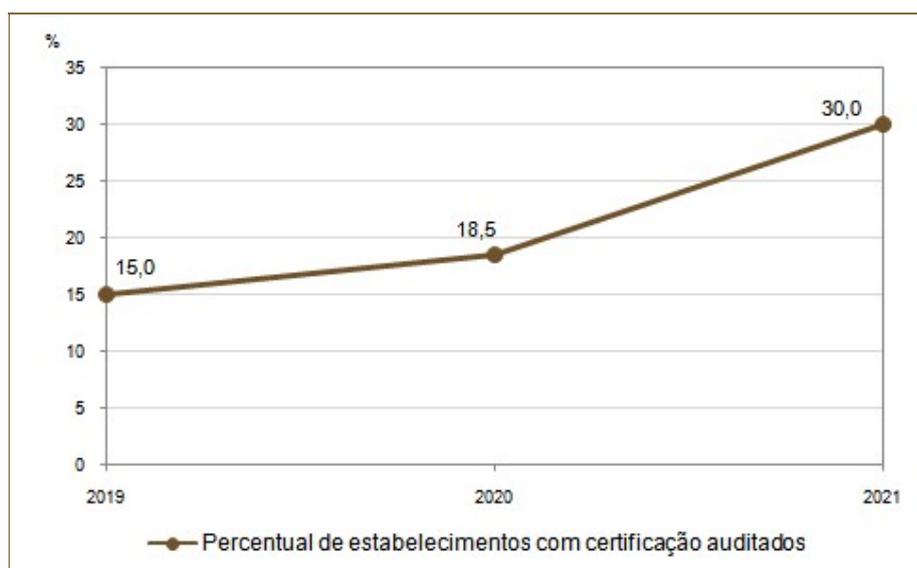
Gráfico 6 - Percentual de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal e de produtos vitivinícolas no RS — 2019-21



Fonte: SEAPDR.

Outro indicador para controle sanitário é o *percentual de estabelecimentos com certificação auditados*, que é representado pelo número de estabelecimentos com certificação auditados dividido pelo número total de estabelecimentos com certificação. Este indicador demonstra que tem havido um aumento na fiscalização dos estabelecimentos que possuem certificação, conforme visto no Gráfico 7. A meta definida para o ano de vigência do PPA foi atingida em 2021, o que reflete o empenho do órgão responsável quanto à gestão da sanidade agropecuária.

Gráfico 7 –Percentual de estabelecimentos com certificação auditados no RS — 2019-21



Fonte: SEAPDR.

A análise dos indicadores acima demonstra que houve um aumento na conformidade da produção dos produtos bem como na fiscalização dos estabelecimentos com certificação. Embora não seja possível mensurar esses impactos, percebe-se um avanço no controle e execução das

normas que qualifica o processo dos produtos e subprodutos. Além disso, as ações de controle sanitário e a fiscalização estadual garantem a defesa agropecuária do RS.

Por fim, entende-se que o macroproblema abordado poderia ser monitorado, ainda, por um terceiro indicador que considere o número de fiscalizações (de insumos, vegetais e animais) em que não há infração pelo total de fiscalizações realizadas. Esse indicador poderia expressar o acompanhamento realizado pelos estabelecimentos para a melhoria e conformidade das atividades desempenhadas. Atualmente, esse indicador não é divulgado, mas supõe-se que o órgão responsável detenha as informações necessárias para sua construção. Se realmente for o caso, sugere-se a adoção do indicador.

Macroproblema

4. Vulnerabilidade social e baixo acesso a oportunidades econômicas no campo

4.1 Indicadores de diagnóstico:

Indicador de Diagnóstico	Unidade de Medida	Periodicidade	Escala de Regionalização	Fonte
Percentual de hectares de terra com medição topográfica	%	anual	-	SEAPDR
Capacidade de geração de empregos na agropecuária (“dentro da porteira”)	%	anual	-	DEE-RS
Rendimento médio real mensal no setor primário	%	trimestral	-	IBGE-PNAD Contínua

4.2 Análise do macroproblema:

As possibilidades de permanência da população rural no campo estão diretamente relacionadas às condições materiais de vida e mais especificamente à disponibilidade de renda e emprego. Hoje, a agropecuária gaúcha assiste ao envelhecimento dos trabalhadores rurais sem que haja reposição nas camadas etárias mais baixas, o que afeta o potencial produtivo no campo. Ademais, a vulnerabilidade social e o baixo acesso a oportunidades econômicas induzem os jovens a saírem do meio rural em busca de uma vida melhor nas cidades, onde, frequentemente, se deparam com problemas como subemprego, informalidade, violência e más condições de habitação.

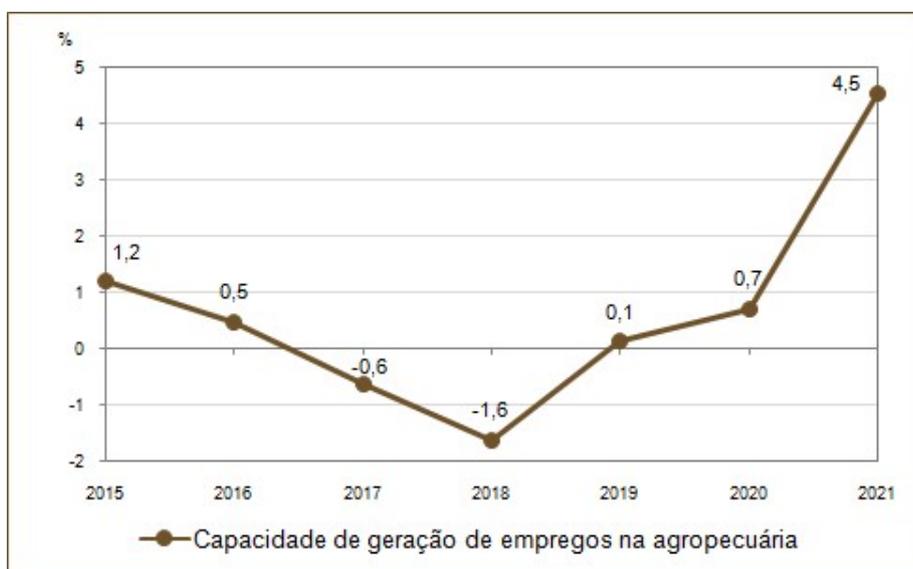
Diante disso, cabe um olhar atento à situação do trabalho e da renda no campo. Nesse sentido, um indicador que pode ser útil é a capacidade de geração de empregos “dentro da porteira” (i. e., diretamente ligados à produção rural em atividades de plantio, colheita, manejo, manutenção de maquinário, aplicação de tecnologias, uso de insumos, etc.) na agropecuária, o que equivale ao

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

saldo de emprego (admissões menos desligamentos) no ano de referência dividido pelo estoque de empregos no ano imediatamente anterior e multiplicado por 100. Assim, pretende-se observar em que medida o setor agropecuário é capaz de gerar novos empregos a partir de uma base preexistente.

No Gráfico 8, pode-se verificar que a capacidade de geração de empregos veio em trajetória declinante de 2015 a 2018, na esteira da desaceleração econômica do País, tendo registrado saldo negativo de empregos nos dois últimos anos deste período. Em 2019 e 2020, o saldo voltou a ser positivo, mas ainda em níveis baixos, até que, em 2021, atingiu o patamar mais alto da série. Assim, quando se olha para a evolução do emprego, pode-se afirmar que houve uma melhora recente na disponibilidade de oportunidades econômicas no campo gaúcho, especialmente se considerado o cenário de estiagem pelo qual passou o Estado. Por outro lado, vale ressaltar que o ponto de partida, ou seja, o estoque de empregos preexistente, encontrava-se em um estágio menor que o de outrora após a evolução negativa dos anos anteriores, o que pode ter contribuído para o salto observado em 2021. Sendo assim, cabe observar como desempenhará este indicador em 2022.

Gráfico 8 – Capacidade de geração de empregos “dentro da porteira” na agropecuária do RS —2015-21

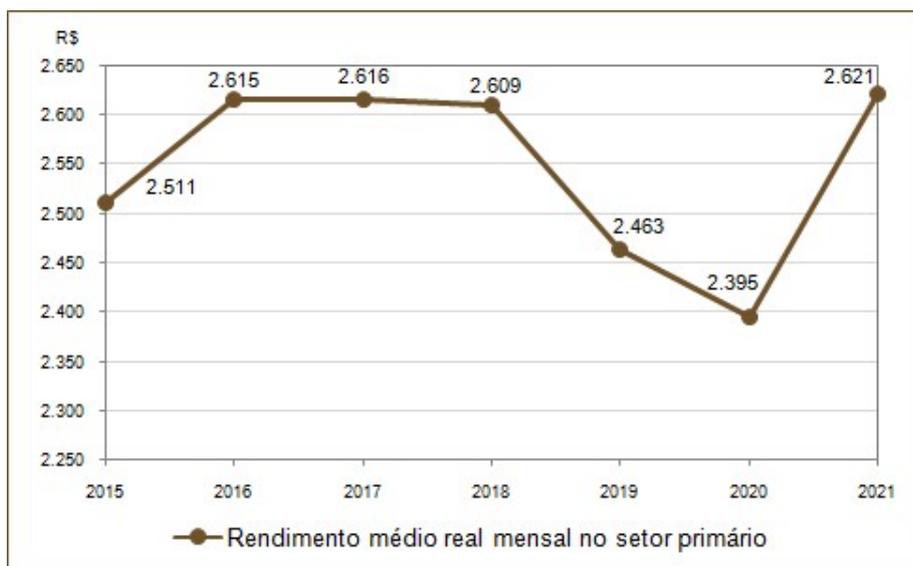


Fonte: DEE-RS.

Um indicador que também pode ser utilizado para complementar a presente análise é o rendimento domiciliar médio real habitualmente recebido por mês pelas famílias ocupadas no setor primário (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura). Estes números são fornecidos trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); neste estudo, foram selecionadas as visões dos últimos trimestres de cada ano analisado. No Gráfico 9, pode-se notar que a renda do trabalho no campo se manteve estável entre 2016 e 2018, apesar da queda no emprego observada. Em 2019, contudo, houve uma queda importante. Esta redução foi intensificada em 2020, quando teve início a pandemia da covid-19, com impactos sobre a produção e a massa salarial. Em 2021, todavia, o indicador mostrou forte recuperação, retomando o nível acima dos R\$ 2.600 registrado até 2018. Assim, conclui-se que, no campo, a retomada do emprego comentada anteriormente deu-se acompanhada da melhoria dos rendimentos domiciliares médios reais, restando observar se esta é uma tendência que se manterá.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

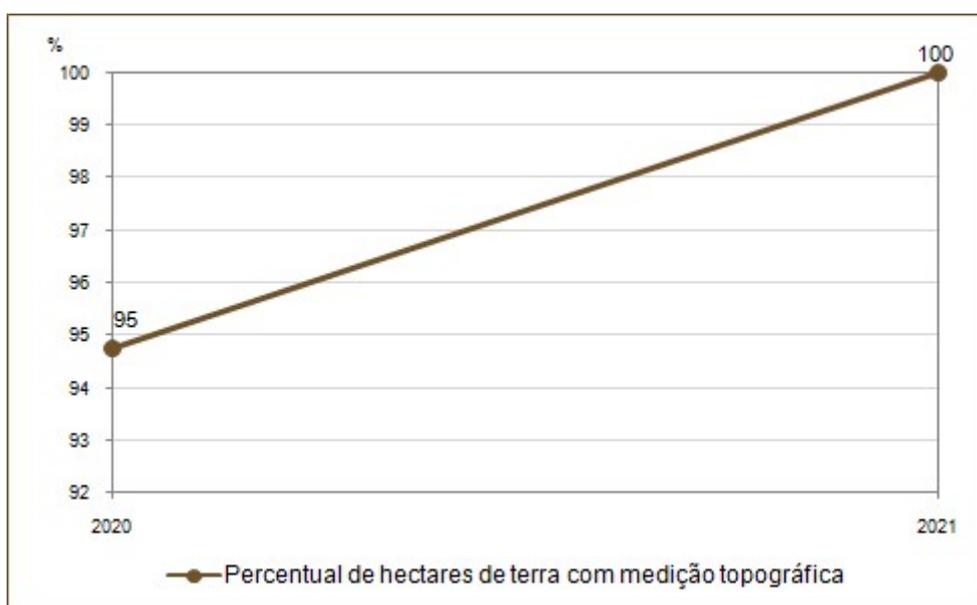
Gráfico 9 – Rendimento médio real mensal no setor primário do RS — 2015-21



Fonte: IBGE.

Por fim, é possível lançar também um olhar para o tema das condições de permanência no campo que enfoque a regularização fundiária e a titulação dos ocupantes de terras como proprietários, o que confere segurança jurídica às populações vulneráveis para que estas possam se estabelecer no campo. Uma maneira de monitorar as condições de regularização jurídica diz respeito à parcela das terras que foi objeto de medição topográfica após solicitação. Nesse sentido, o Gráfico 10 demonstra que houve um avanço importante em 2021, quando 100% das demandas por medição foram atendidas, o que também contribuiu favoravelmente para a redução da vulnerabilidade social na agropecuária gaúcha.

Gráfico 10 – Percentual de hectares de terra com medição topográfica no RS — 2020-21



Fonte: SEAPDR-RS.

Anexo I – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculados aos Macroproblemas

1. *Baixa produtividade no campo*

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

2. *Precariedade da infraestrutura no campo*

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

3. *Controle de sanidade agropecuária*

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

4. *Vulnerabilidade social e baixo acesso a oportunidades econômicas no campo*

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Fontes

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Sicarm - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.** Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNDdkNDM4ZjctYzk0OS00NWVjLWFIYjktZWQ4Njg3MDEyMTg0liwidCI6ImU2ZDkwZGYzLWYxOGItNGJkZC04MDhjLWFhNmQwZjY4YjgwOSJ9>. Acesso em: 18 nov. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. DEE – Departamento de Economia e Estatística. **Indicadores Econômicos do Agronegócio.** Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/agronegocio>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM - Produção Agrícola Municipal.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 30 set. 2022.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria Interministerial N° 42, de 14 de abril de 1999.** Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-1999/Portaria_Ministerial_42_de_140499.pdf/. Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. **PNAD Contínua–Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct>. Acesso em: 02 dez. 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA – **Infraestrutura – O que é, quais os tipos, seus desafios e prioridades.** <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/infraestrutura/> - Acesso em 06 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. DEE – Departamento de Economia e Estatística. **Indicadores Econômicos do Agronegócio.** Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/agronegocio>. Acesso em: 30 set. 2022.

_____. **Marco metodológico para a elaboração do PPA 2020-2023.** Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. 2019. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/07174054-1-2-marco-metodologico-do-ppa-2020-2023.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. SEAPDR/RS – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2022.** Porto Alegre, 2022.

_____. Decreto nº 56.054 (2021) – **Altera o Plano Plurianual 2020-2023.** Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 174, de 27 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2056.054.pdf> – Acesso em 02 de dez. 2022.

_____. **SPO/RS – Sistema de Planejamento e Orçamento.** Porto Alegre, 2022.